

## **Memória boa evitaria reincidência em erros**

MARCELO DE PAIVA ABREU\*

Segundo a presidente, o Brasil já viveu crise semelhante à atual crise europeia, pois “o Fundo Monetário Internacional (FMI) nos impôs um processo que chamaram de ajuste que agora dizem ser de austeridade. Tínhamos de cortar todos os gastos, correntes e de investimento (...) este modelo levou à quebra de quase toda a América Latina nos anos 80”.

Esta parece ser a justificativa para que o seu governo conceda prioridade a políticas que estimulem o crescimento e, também, para que ela se coloque em posição professoral quanto às receitas que a Europa deveria seguir para que se recupere da atual crise: “As políticas de ajuste por si mesmas não resolvem nada se não há investimento, estímulos ao crescimento”.

Os comentários da presidente conflitam frontalmente com a experiência brasileira no que se refere a prioridades concedidas a políticas de crescimento, em detrimento de outros objetivos de política econômica. No período posterior à 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, em pelo menos três ocasiões os resultados da ênfase no crescimento a qualquer custo foram desastrosos.

Na Terceira República, entre 1945 e 1964, a deterioração macroeconômica foi inexorável, em vista da convivência de incontrolável gosto de gastar, que culminou em JK, com a antediluviana Lei da Usura, que inviabilizava o financiamento do déficit público.

Na década de 1970, a estratégia econômica baseada na ideia de que o Brasil era uma ilha de prosperidade, e que seria razoável financiar a acomodação ao choque de petróleo de 1973-1974 por meio de endividamento externo, levou o País à posição de fragilidade externa que se revelou desastrosa, quando foi revertida a política de juros dos EUA.

No terceiro episódio, em 1979-1980, em meio ao novo choque do petróleo e com a herança perversa do endividamento excessivo desde 1974, a estratégia baseou-se na tentativa de repetição da fórmula de *fuite en avant* que havia funcionado em 1967-1968, com o abandono de políticas restritivas combinadas à prefixação de preços. O resultado foi a aceleração da inflação e o início de duradoura recessão. Só depois de 15 anos foi contida a alta inflação, com o Plano Real. E o Brasil, que havia crescido espetacularmente desde o início do século, mergulhou em longa recessão, com o PIB per capita crescendo apenas 0,5% ao ano de 1980 até o fim do século.

Ao colocar o desastre dos anos 1980 e 1990 integralmente na conta do FMI, a presidente exonera indevidamente responsáveis pelas imprudências ou imperícias do passado. Poucos discutem que o FMI demonstrou grandes limitações ao enfrentar a crise brasileira dos anos 1980, culminando com a negativa de apoio ao Plano Real. Mas a crise já estava claramente instalada no início dos anos 1980, quando o FMI foi acionado. Se algo relevante ocorreu foi a protelação, baseada em oportunismo eleitoral, do pedido formal de auxílio ao FMI e da renegociação da dívida externa. A ênfase em políticas macroeconômicas ortodoxas ineficazes havia claramente precedido a decisão de explicitar a necessidade de acordo com o Fundo.

Quanto às políticas atuais do governo brasileiro, a presidente surpreendeu ao ser explícita. Todos os analistas econômicos acreditavam, até agora, que a política macroeconômica do governo Rousseff estivesse alicerçada em tripé que incluiria o regime de metas de inflação, a disciplina das contas públicas com as metas relativas ao superávit primário e o regime cambial de taxas flutuantes. É verdade que, no passado recente, houve crescente “flexibilização” de tais compromissos: a meta de inflação passou a ser o limite superior da banda de variação; a meta do superávit primário foi reduzida, com descontos difíceis de justificar; e o câmbio revelou-se bem pouco flutuante.

A presidente inovou, na sua entrevista, ao explicitar que o tripé agora é diferente: o pilar relativo a câmbio flutuante foi substituído pela “acumulação de divisas para proteger nossa moeda da especulação”. Trata-se, certamente, de medida adicional de contenção do que o governo considera ser a calamitosa desindustrialização. Afinal, como diz a presidente, “o País não pode ser um país de serviços” (não há espaço, na entrevista, para mineração ou agricultura). Ao que parece, a meta de inflação será submetida a pressões adicionais.

As mudanças na política econômica, combinadas a outras decisões equivocadas, como as relativas ao setor elétrico, sugerem que o governo está reincidindo em erros do passado e até inovando na imprudência, ou mesmo na inépcia.

\* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.